

Uma cidade desprotegida

Kátia Marsicano
Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

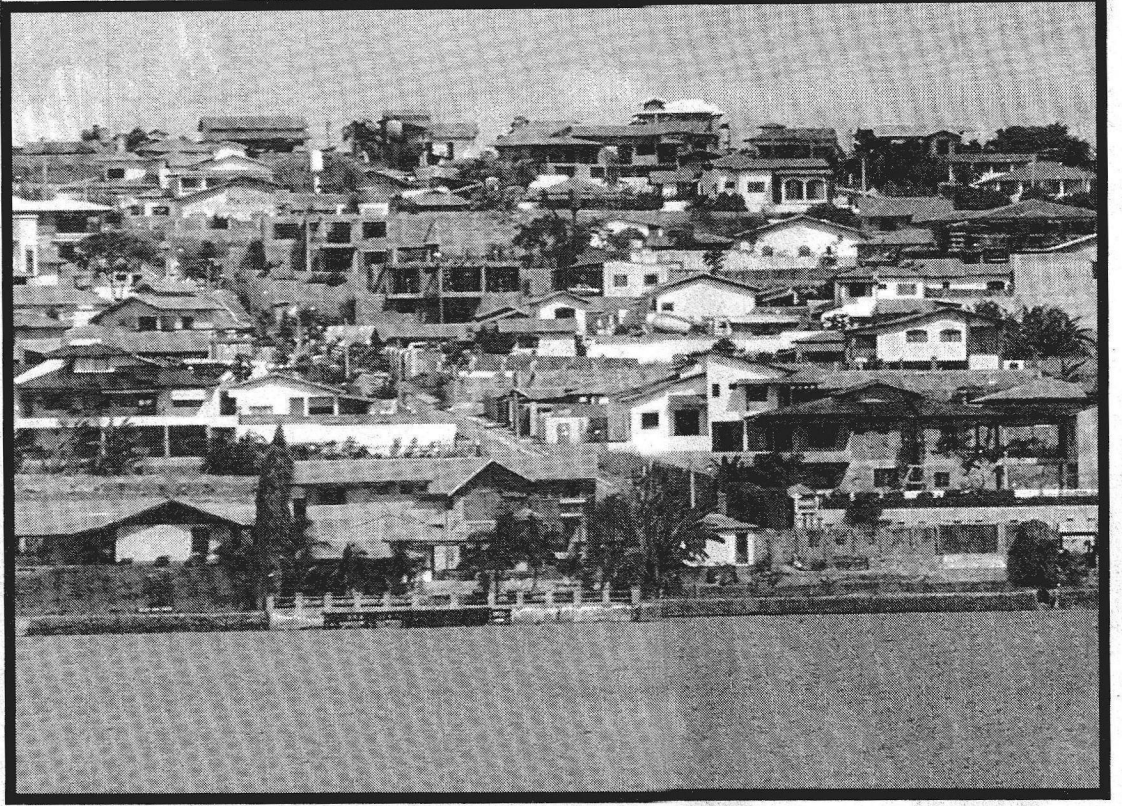
A primeira impressão é de uma cidade organizada, simetricamente ordenada. Só que não é bem assim. Na correria do dia-a-dia, o brasiliense nem nota como Brasília foi desarrumada ao longo desses 40 anos. As transformações não foram poucas. Leis distritais e atos do Governo do Distrito Federal (GDF) transformaram terrenos residenciais em comerciais, permitiram a ocupação de áreas verdes e autorizaram prédios mais altos. A consequência é uma Brasília menos ordenada e cada vez com menos qualidade de vida.

O pior é que não há perspectiva de que haja um basta no problema. Moradores reclamam, assim como arquitetos e promotores que defendem o urbanismo da cidade. Só que as queixas não formam eco. Não são ouvidas pelas autoridades e políticos responsáveis pela metamorfose que estraga a capital. O jogo é o famoso empurra-empurra. Não existe no GDF a figura de uma autoridade que assuma a responsabilidade pela preservação de Brasília.

É a crítica que o arquiteto Carlos Magalhães faz à equipe do governador Joaquim Roriz. “Esse governo não preserva nada”, brada ele, que é membro do Conselho de Preservação Técnica de Brasília. “Esse conselho também não está servindo para nada. O governador não manda nenhum projeto de lei que trata de urbanismo para ter nossa avaliação nem vai às reuniões para ouvir nossas críticas.”

O Conselho de Preservação Técnica de Brasília foi criado por Roriz no começo do seu mandato. Teoricamente, é o órgão responsável por analisar todos os projetos de lei e decisões que propõem alterações na área tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade. A crítica mais recente do Conselho é o projeto

Joédison Alves 8.1.99



CASAS NO LAGO SUL INVADEM ÁREA VERDE À BEIRA DO PARANOÁ: DESRESPEITO AO PATRIMÔNIO DE BRASÍLIA

do Executivo, enviado à Câmara Legislativa, que cria taxas de fiscalização e permite a cobrança pela utilização irregular de áreas públicas.

“Não cabe à Câmara e ao GDF resolver questões como a invasão dos comércios locais. Houve um crime contra a lei do tombamento e existem mais de 400 ações na Justiça tratando disso”, pondera Carlos Magalhães. O Ministério Público também já se posicionou contra o projeto. No entendimento dos promotores, a futura lei é uma brecha perigosa para novas invasões de áreas públicas. Amanhã, o secretário de Fazenda e Planejamento, Valdivino de Oliveira, vai à Câmara ouvir novamente as críticas de lideranças comunitárias, comerciantes e empresários contra o projeto. Apesar dos problemas apontados, o governo insiste na posição de aprovar a proposta, que renderá R\$ 4 milhões por ano aos cofres públicos.

“LEI CAÇA-NÍQUEL”

Na opinião do procurador da República, Alexandre Camanho, Brasília está sendo vítima da falta de responsabilidade do governo e da sociedade. “O patrimônio e o meio ambiente da capital são destruídos a cada dia e as pessoas assistem a tudo como observadores”, diz. “Ninguém avaliou ainda o presente que é morar numa cidade patrimônio”, adverte. O futuro de Brasília, para ele, não é nada bom.

Camanho critica a atuação da Câmara Legislativa, que, muitas vezes, compactua com medidas propostas pelo Executivo. “Esse projeto das taxas de ocupação é um exemplo de lei caça-níquel. É a cara do governo que esconde, atrás da retórica de proteção ao patrimônio, a regularização de invasões”, acusa o procurador.

A coordenadora da Comissão de Políticas Urbanas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB - se-

ção DF), arquiteta Tânia Battella, é outra defensora do projeto original de Brasília. “O perfil da cidade, com muitos espaços verdes, é suficiente para torná-la vulnerável à especulação imobiliária e às políticas predatórias de ocupações irregulares”, diz.

A arquiteta lembra que os espaços vazios da cidade não existem por acaso. “Os urbanistas prevêm tudo isso, pensando em qualidade de vida, em circulação de pedestres. Mas a questão agora está sendo tratada com outros interesses”. Um dos pontos mais criticados por Tânia Battella é a omissão dos órgãos responsáveis pelo planejamento urbano no DF. “Ninguém se pronuncia. Ninguém fala nada. Engolem tudo”, completa.

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi, não quis comentar com o **Correio** sobre as mudanças no plano urbanístico de Brasília.

Mudança de destinação

Os deputados distritais mudam a destinação de áreas públicas no DF como se estivessem alterando o quintal de suas casas. Com base em interpretações equivocadas da Lei Orgânica do DF, elaboram leis inconstitucionais e passam por cima dos planos diretores locais e até de pareceres técnicos da Casa.

De junho a setembro deste ano, 52 projetos alterando a destinação de uso de área ou criando lotes foram apresentados. “Apenas 10% dos projetos que analisamos têm condições de serem aprovados”, admite a assessora Selma Cavalcante, da Unidade de Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente da Câmara.

Um estudo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano mostra que 70% dos projetos apresentados na atual legislatura referem-se a alterações de área e de gabarito. Se fossem somadas todas as áreas públicas repassadas a entidades religiosas e privadas desde 1991, daria para construir uma cidade do tamanho do Gama.